



Câmara Municipal de Anadia

ATA N.º 05 EXECUTIVO 2013/2017

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

LOCAL: Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho

DATA: seis de dezembro de dois mil e treze

INÍCIO: nove horas e cinquenta minutos

ENCERRAMENTO: doze horas e quarenta e cinco minutos

O EXECUTIVO É CONSTITUÍDO PELOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES:

PRESIDENTE: Eng.^ª Maria Teresa Belém Correia Cardoso

VEREADORES: Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro

Prof. Litério Augusto Marques (em regime de tempo inteiro)

Dr. Jorge António Tavares de São José

Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado

Eng.^º Jorge Eduardo Ferreira Sampaio (em regime de tempo inteiro)

Dr.^ª Lígia Filipe Seabra

A Reunião foi secretariada pela Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, Dr.^ª Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo.

---- Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e treze, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, eleita para o quadriénio dois mil e treze/dois mil e dezassete, nesta Cidade e Município de Anadia, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho.-----

---- Presidiu a quinta reunião do Executivo eleito para o quadriénio dois mil e treze/dois mil e dezassete, extraordinária, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Eng^a Maria Teresa Belém Correia Cardoso, tendo comparecido os Senhores Vereadores, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, Prof. Litério Augusto Marques, Dr. Jorge António Tavares de São José, Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado, Eng.^º Jorge Eduardo Ferreira Sampaio e Dr.^a Lígia Filipe Seabra.-----

---- Secretariou a reunião a Chefe de Divisão de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo, coadjuvada pela funcionários, Eunice Alexandra Neves Jesus Lopes.-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Eng^a Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi declarada aberta a quinta reunião, extraordinária, do Executivo eleito para o quadriénio dois mil e treze/dois mil e dezassete, quando eram nove horas e cinquenta minutos.-----

ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA

---- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENGENHEIRA MARIA TERESA BELÉM CORREIA CARDOSO:-----

---- **1. PROPOSTA DE DOCUMENTOS PREVISIONAIS, OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DOIS MIL E CATORZE (2014):**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, a proposta de documentos previsionais, opções do plano, orçamento e mapa de pessoal para o ano dois mil e catorze (2014), elaborada em conformidade com o quadro e código de contas estabelecidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 84-A/2002, de 05 de abril, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à presente minuta.-----

---- Considerando a necessidade de elaborar e submeter à aprovação do órgão com competência para o efeito, a Assembleia Municipal, os documentos previsionais para o ano dois mil e catorze, nomeadamente as opções do plano, orçamento e mapa de pessoal, a Senhora Presidente da Câmara Municipal propõe que a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea c), do n.^º 1, do artigo 33.^º, do anexo I à Lei n.^º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de Opções do Plano e Orçamento.-----

---- Sendo a Assembleia Municipal o órgão com competência para aprovar o Mapa de Pessoal, conforme determina a alínea o), do n.^º 1, do artigo 25.^º, do anexo I à Lei n.^º 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 5.^º, da Lei n.^º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (nas redações atualizadas), a Senhora Presidente da Câmara Municipal propõe, ainda, que a Câmara Municipal submeta a aprovação da Assembleia Municipal a proposta de Mapa de Pessoal para o ano dois mil e catorze.-----

---- Na apresentação da proposta, a Senhora Presidente da Câmara Municipal começou por referir

tratar-se do primeiro dossier relativo aos quatro anos do mandato autárquico dois mil e treze/dois mil e dezassete (2013/2017), que se encontra na sua fase inicial. Referiu, ainda, que o documento se revela, contudo, da maior importância e responsabilidade para o desenvolvimento das políticas a implementar, as quais se articularão com o Programa e Plano de Ação Estratégico e dentro dos Eixos definidos e que se pretendem alcançar.

---- Disse, também, que a atividade proposta contempla um conjunto de objetivos relevantes, mas numa lógica de rigor e de realismo face aos valores que lhes é possível alcançar, aproveitando também todas as oportunidades de participação dos Fundos Comunitários já contratados, ou que ainda poderão vir a ser contratualizados no âmbito do QREN.

---- Desta forma, constatou que a Câmara Municipal enfrenta ainda enormes desafios com vista a conquistar algum financiamento em matéria de reabilitação urbana, mobilidade urbana, valorização e qualificação ambiental e coesão social.

---- Revelou, também, que estarão ainda expetantes relativamente ao próximo quadro comunitário (CRER dois mil e vinte) e à possibilidade de o mesmo ter início ainda em dois mil e catorze, na convicção de que as regras e o enquadramento dos novos investimentos terão, por certo, orientações mais favoráveis do que aquelas que foram até hoje implementadas.

---- Entretanto, considerou também fundamental clarificar a sustentação financeira das Grandes Opções do Plano e do Orçamento de dois mil e catorze, que se resumem em total das receitas, no valor de vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e oito euros (€ 24.938.000,00), e em dotação do plano no montante de catorze milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, trezentos e trinta euros (€ 14.662.330,00).

---- Continuando, constatou que à estrutura da receita se associam, com maior peso, os valores provenientes dos impostos diretos, da venda de bens e serviços, da venda de bens de investimento, das transferências do Orçamento de Estado, bem como as provenientes das participações do QREN.

---- Quanto às transferências correntes provenientes do Estado, referiu que assumem, em dois mil e catorze, um acréscimo relativamente aos anos anteriores, em contrapartida à acentuada redução das transferências de capital, que no seu todo representam uma redução de cerca de dois vírgula oito porcento (2,8%) face aos anos anteriores, e que, para dois mil e catorze, totalizam um valor de duzentos e vinte e um mil, duzentos e oitenta e seis euros (€ 221.286,00) a menos nos Fundos de Equilíbrio Financeiro atribuídos ao Município de Anadia.

---- Estando o atual quadro comunitário de apoio (QREN) em fase de conclusão e os investimentos propostos pelo Município de Anadia já realizados e comparticipados na sua maioria, constatou que também as receitas provenientes deste financiamento são inferiores às dos anos anteriores. Acrescentou, ainda, que a estes valores se soma a importância relativa ao empréstimo já contraído e autorizado pelo anterior Executivo, e que se destina à Requalificação do Parque Escolar, conforme consta da lista de investimentos que foi proposta e objeto de contrato.

---- Em suma, a Senhora Presidente da Câmara Municipal declarou que as Grandes Opções do Plano

para dois mil e catorze têm uma expressão significativa no âmbito de objetivos e compromissos assumidos, nomeadamente de investimentos que estão em desenvolvimento, destacando-se os que são financiados pelos Fundos Comunitários do QREN ou aqueles em que se perspetiva o seu enquadramento a eventual financiamento ainda dentro desta fase final do QREN, que se poderá estender até dois mil e quinze, como Ambiente/Saneamento - Sistema Integrado do Concelho, Educação - Centros Escolares de Avelãs de Cima/Avelãs de Caminho e de Sangalhos, Requalificação Urbana, Mobilidade Urbana e Valorização e qualificação ambiental.

---- Dando seguimento à sua intervenção, a Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que para além dos eixos e dos objetivos já explicados anteriormente, é também com muita determinação e sentido de responsabilidade social que definiram prioridades nos apoios a atribuir num domínio tão importante como a ação social. Nessa medida, disse que importa aqui destacar que os apoios definidos neste programa se estendem para além deste âmbito, sendo transversais ao setor da educação (ação social escolar), entre outros, e que, enquadrados no conjunto de competências da Câmara Municipal, serão objeto de apreciação e de deliberação deste Executivo Municipal (nomeadamente a isenção do pagamento de taxas de ligação de água ou saneamento, os apoios a habitações degradadas, etc.).

---- Relativamente às dinâmicas desportivas e culturais, adiantou que estas articular-se-ão com o Associativismo, que se pretende mais forte, mais coeso e com maior visibilidade nas suas ações, potenciando as suas atividades num leque de maior oferta cultural, com itinerâncias e mais ampla divulgação dentro e fora do Concelho. E aqui antecipou que será também maior a envolvência da Juventude, faixa da população a cativar e a estimular, desafiando-a a participar na diversidade das atividades que se espera implementar.

---- Ainda na área da Cultura, anunciou que dois mil e catorze será o ano da comemoração do quinto centenário da outorga dos forais manuelinos, da evocação de José Luciano de Castro, por ocasião do centenário da sua morte, e do quadragésimo aniversário do Vinte e Cinco de Abril, entre outras datas relevantes a assinalar. Paralelamente, deu a conhecer que decorrerá a programação cultural em rede no âmbito da CIRA.

---- Quanto ao Desporto, sublinhou que terão relevância a realização de diversos estágios, alguns de preparação para os Jogos Olímpicos, bem como eventos de maior relevância, nomeadamente o Campeonato Europeu de Pista (ciclismo) e o Torneio Internacional de Ginástica. Por outro lado, adiantou que está em estudo a possibilidade de novas Federações se juntarem ao Centro de Alto Rendimento de Anadia.

---- Relativamente ao Turismo, disse que será dinamizado tendo em consideração alguns domínios específicos - cultural, desportivo, religioso, enoturismo e de saúde e bem-estar -, prevendo-se candidaturas a novos programas e uma forte aposta na divulgação e na promoção.

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu, também, que a atuação da autarquia junto das Freguesias passará pelas requalificações urbanas e pela rentabilização de meios e recursos.

---- No âmbito da CIRA, adiantou que serão assumidos os compromissos com os demais parceiros

relativamente aos programas e projetos que forem considerados relevantes para o Município de Anadia, e dentro da lógica de desenvolvimento regional ou de potenciação do intermunicipalismo, sem contudo comprometer a autonomia do Município e a capacidade de decisão. Também neste enquadramento, antecipou que será feito o aproveitamento dos fundos comunitários.

---- No capítulo dos Recursos Humanos, reconheceu que o Executivo está ciente do imperativo de uma gestão cada vez mais cuidada, associada a maiores padrões de produtividade no trabalho e capaz de gerar um acréscimo de qualidade nos serviços prestados, mas alicerçada numa efetiva redução de custos. Porque é cada vez menor o número de funcionários de que a Câmara Municipal poderá dispor para o desempenho das tarefas, exigindo muitas delas um significativo grau de especialização, adiantou que se irá verificar um acréscimo de despesa na contratação destinada a assegurar esses mesmos serviços (estações elevatórias, ETAR's, ascensores, etc...).

---- Contudo, não deixou de reconhecer que existem setores que carecem de alguma estabilidade, como é o caso da área social, na qual se exige cada vez mais a participação de técnicos especializados, com vista à realização de análises socioeconómicas, trabalho em rede, etc.. Também a necessitar de recursos humanos, disse estar o setor de oficinas, em especial no que respeita à utilização de máquinas pesadas, e alguns serviços administrativos.

---- Para terminar, e relativamente ao capítulo indústria e energia, a Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que apesar de o valor previsto não ser muito elevado, não se perspetiva a criação de novas Zonas Industriais, mas a requalificação das existentes, nomeadamente no Paraimo e em Amoreira da Gândara.

---- Concluída a intervenção introdutória da Senhora Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra o Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, que começou por anunciar que iria salientar o que pensava serem lapsos que seriam de retificar e depois passaria a solicitar alguns esclarecimentos.

---- Começando por enunciar os lapsos, referiu que na página catorze o mapa previsional da despesa não coincidia com o mapa apresentado na página seis, isto é na página catorze a aquisição de bens de capital totaliza doze milhões, setenta mil, oitocentos e cinco euros, enquanto na página seis está inscrito para a mesma rubrica um valor de doze milhões, setenta mil, seiscentos e cinco euros, sendo que este último valor consta também da página dez de onze do orçamento da despesa.

---- No último mapa do dossier, designado por "Mapa previsional respeitante ao endividamento com empréstimos obtidos a médio-longo prazo", mais especificamente na coluna do capital contratado, constatou que o valor total não será de catorze milhões, oitenta e três mil, novecentos e vinte e um euros e cinquenta e cinco céntimos, mas sim quinze milhões oitenta e três mil, novecentos e vinte e um euros e cinquenta e cinco céntimos, concluindo que pela diferença direta dos totais, nota-se que existe um erro (a falta de um milhão), que disse pensar ser o valor correspondente ao empréstimo contraído para o Centro Escolar de Arcos que não foi somado.

---- Entretanto, passou a solicitar alguns esclarecimentos. Reportando-se à página dez (quadro "Venda de Bens e Serviços Correntes"), e relativamente ao valor inscrito para a Feira da Vinha e do

Vinho - cem mil euros -, disse que gostaria de saber a que se refere, nomeadamente se este valor é relativo somente aos expositores ou se contempla também eventuais entradas. Referiu ainda que, sendo evidente que ao longo dos últimos anos a Feira da Vinha e do Vinho não tem usufruído de um modelo estável (uns anos são cobradas entradas e outros anos não), questionou se estão previstas alterações e o que se vai defender para este evento.

---- Quanto ao valor previsto para o Centro de Alto Rendimento de Sangalhos (Velódromo) - oitenta mil euros -, disse saber (por aquilo que é publicamente referido) que a sua utilização é grande, e reconhecer, também, que existe uma preocupação (que é de todos), e grande, de o ocupar. Nessa conformidade, revelou que lhe parecia um valor insuficiente e exíguo para o que se propunha para a utilização. Disse pretender saber, também, o que a Câmara Municipal ganha em termos de cedência do espaço, ou se a cedência é feita a título gratuito.

---- Ainda em referência à página dez, constatou estar prevista uma dotação de duzentos e trinta mil euros para uma rubrica designada por "trabalhos por conta de particulares" e disse que gostaria de saber a que se refere essa rubrica.

---- Continuando, e ainda na página dez, relativamente à referência feita à venda de bens de investimento, constatou que estava previsto proceder à venda de lotes nas Zonas Industriais e de frações no Edifício Visconde Seabra. Sobre ambas, questionou se já havia uma ideia concreta de venda e sobre esta última, disse saberem que tentativas anteriores de venda de frações no Edifício Visconde Seabra não tinham tido sucesso, pelo que gostariam de saber o que se pretendia fazer em concreto relativamente a essa matéria.

---- Passando para a página treze, que apresenta o quadro respeitante a despesas com aquisição de bens e serviços, o Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, disse que gostaria de ver esclarecido o valor de duzentos e três mil e quinhentos euros previsto para outros bens, porquanto se se socorrerem do mapa de orçamento da despesa verificam que aquela rubrica não se encontra suficientemente discriminada e ainda representa um peso considerável no total da despesa (dezassete porcento). Como tal, gostariam de saber o que poderia estar ali considerado.

---- Constatou, entretanto, que no mesmo quadro da página treze, está prevista uma verba de dois milhões de euros referente a encargos com instalações, que também não se encontra discriminada na página oito de onze do orçamento da despesa, pelo que gostaria de saber, face ao peso considerável que representa (quarenta vírgula setenta e sete porcento), o que se paga através dessa rubrica. Sendo uma parte certamente referente a eletricidade, questionou que outros gastos se incluíam naquela rubrica.

---- Ainda na página treze, constatou a existência de uma rubrica com um valor que lhe parece alto (quatrocentos e vinte e oito mil euros) para seminários, exposições e similares. Assim, disse que gostaria de ver esclarecido o valor previsto para essa rubrica, que representa um peso acentuado de oito vírgula setenta e dois porcento, assim como também saber concretamente a que corresponde o valor previsto para outros serviços (duzentos e sessenta mil euros).

---- Recuando para a página doze, e reportando-se ao valor de cento e setenta mil euros referente a

horas extraordinárias da rubrica Despesas com Pessoal, o Senhor Vereador disse que seria importante compreender em que serviços ou eventos habitualmente esse valor é gasto, uma vez que, apesar de este ser um documento previsional futuro, tem-se sempre em linha de conta o passado.-----

----- A terminar a sua primeira intervenção, e referindo-se à página catorze, mais concretamente ao quadro com a designação "Aquisição de Bens de Capital", na rubrica outros investimentos, disse que gostaria de saber a que se refere essa rubrica, com um valor previsional de quatrocentos e noventa e quatro mil euros, que corresponde a cerca de quatro porcento de uso total do capital, assim como a rubrica de outros equipamentos, no montante previsional de um milhão, cento e sessenta e um mil, duzentos e trinta e cinco euros, que representa nove vírgula sessenta e dois porcento do total da rubrica global. Considerando que o peso total dessas duas rubricas é de cerca de catorze porcento, disse que lhe parecia um valor relevante, pelo que gostaria que lhes fosse esclarecido.-----

----- Completada a intervenção do Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, a Senhora Presidente da Câmara Municipal passou a responder às questões apresentadas pelo Senhor Vereador.-----

----- Começando pela página dez, e relativamente ao mapa designado por "Venda de Bens e Serviços Correntes", nomeadamente ao valor de cem mil euros inscrito para a Feira da Vinha e do Vinho, a Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu tratar-se de documentos previsionais, sendo que, portanto, a receita também é previsional. Recordou que em anos anteriores se tem apostado num modelo de Feira gracioso, em que aos próprios expositores é concedida uma redução no valor de aluguer dos stands, mas face ao novo cenário, adiantou que teriam de repensar a modalidade do gratuito. Acrescentou, ainda, que o valor referido correspondia a receita de aluguer de stands, tasquinhas e restaurantes, ou mesmo publicidade.-----

----- Relativamente ao valor previsto para o Centro de Alto Rendimento, reconheceu tratar-se de um valor que peca por defeito, considerando que nos últimos anos tiveram as Federações que se foram instalando, nomeadamente as de Ciclismo e de Ginástica, uma vez que a de Judo não tem grande utilização, maiores facilidades no pagamento, que na maioria das vezes tarda. Não deixou de considerar que as equipas estrangeiras que vêm fazer estágio entram e pagam logo, e já as outras, como dependem de autorização do Estado, nem sempre pagam prontamente.-----

----- Aproveitou para dar a conhecer que a Câmara Municipal implementou um novo programa informático de gestão contabilística no CAR. Explicou, também, que inicialmente o Estado teria a ideia de implementar um modelo de gestão, que passava inclusivamente pela criação de uma Fundação que iria responsabilizar-se pela gestão de todos os Centros de Alto Rendimento. Como esse processo se arrastou sem haver desfecho relativamente ao modelo a aplicar, acrescentou que com o encerramento da candidatura ao POVT, era exigido à Câmara Municipal a implementação de um modelo de gestão. Entretanto, como o atual Governo alterou as regras alteraram, referiu que teve de ser a própria Câmara Municipal, perante o POVT, a dizer qual seria o modelo de gestão a adotar, concluindo que a Câmara Municipal assumiu um modelo que passaria por gerir o CAR com os seus próprios meios financeiros e recursos disponíveis.-----

---- Lamentou, então, que como já era esperado, o atual Governo disse à Câmara Municipal não haver dinheiro, pelo que não pode fazer mais do que apoiar as Federações através de projetos financiados pelos fundos comunitários. Acrescentou que foi ainda dito à Câmara Municipal que terá de criar uma Comissão Local de Gestão, cabendo ao Estado o apoio em projetos de promoção.....

---- Face ao exposto, a Senhora Presidente da Câmara Municipal disse até não encontrar razão para a criação da comissão local de gestão, quando a gestão financeira e a gestão em termos logísticos cabem à Câmara Municipal, pelo que as Federações apenas complementam na gestão desportiva. Comentou, assim, que tal quer dizer que a Câmara Municipal tem um ónus na gestão do Centro de Alto Rendimento.....

---- Não deixou, também, de chamar a atenção para o facto de que de acordo com as orientações dadas à Câmara Municipal, se o Centro de Alto Rendimento era um Centro gerador de receita, a Câmara Municipal não poderia entretanto ter lucros demasiado elevados sob pena de as comparticipações atribuídas serem revistas e sofrer penalizações.....

---- Ainda sobre o Centro de Alto Rendimento, deu a conhecer que o que tinha ainda sido dito à Câmara Municipal era que poderia conseguir *sponsors*, angariar outros apoios ou receitas de publicidade, o que até agora lhe estava vedado, podendo ainda receber outras atividades para além das modalidades afetas ao Centro de Alto Rendimento. Disse, também, ter sido ainda referido que dispondo o Centro de Alto Rendimento de excelentes condições poderia no futuro estar aberto a integrar outras Federações e outras modalidades. Concluiu, assim, que cabe então à Autarquia fazer a gestão e criar outras iniciativas, uma vez que da parte do Estado, a quem caberia essa responsabilidade, lhe é dito não ter dinheiro.....

---- Acrescentou que os eventos internacionais poderão ser objeto de candidatura aos fundos comunitários. No entanto, disse não saber se tais projetos serão candidatados no âmbito do atual Quadro Comunitário ou no próximo, e sequer se seriam aprovados.....

---- Assim, e para concluir o tema Centro de Alto Rendimento, adiantou que terão de refletir sobre os preços praticados no CAR para o aluguer do espaço, refeições, sendo certo que para as Federações residentes não podem ser muito elevados, sob pena de estas não poderem suportar.....

---- Passando a referir-se à rubrica "Trabalhos por conta de particulares", a Senhora Presidente da Câmara Municipal recordou que o facto de os serviços municipalizados terem sido integrados na Câmara Municipal contribuiu para aumentar esta rubrica e disse que o valor previsto respeita, sobretudo, às ligações de ramais de água e saneamento aos municípios que os requerem, uma vez que, neste momento, face a todo o investimento realizado a nível de água e saneamento, e estando garantidos os destinos finais dos efluentes, é cada vez maior o número de solicitações para as respetivas ligações.....

---- Sobre os Lotes nas Zonas Industriais, esclareceu tratar-se de um valor indicativo. Deu a conhecer que a Câmara Municipal tem lotes para vender nas Zonas Industriais, nomeadamente do Paraimo e de Vilarinho do Bairro, e irá vender através de hasta pública para realizar receita, adiantando, ainda, que as propostas serão apresentadas, a seu tempo, ao Executivo Municipal.....

---- Quanto ao Edifício Visconde Seabra, reconheceu que houve tentativas para a venda de frações habitacionais daquele edifício, as quais não surtiram efeito, não só pela conjuntura de crise, que se foi agravando, mas também porque se calhar os preços estarão um pouco elevados. Aproveitou para informar que irão insistir mais uma vez na hasta pública para venda dos apartamentos, adiantando que o Senhor Vereador, Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado, já está a trabalhar na elaboração do respetivo regulamento para ser presente ao Executivo, no sentido de encontrarem preços mais adequados e ter em conta critérios que possam privilegiar a procura por parte de casais mais jovens.

---- Passando a falar da questão das horas extraordinárias, não deixou de sublinhar que cada vez a Câmara Municipal tem menos pessoal e menos possibilidade de contratar. Sobre o pagamento, esclareceu que o mesmo tem a ver com horas a realizar no âmbito da Feira da Vinha e do Vinho, em projetos culturais no Cineteatro, acrescentando, ainda, que para a projeção de cinema a Câmara já tem funcionários habilitados a trabalhar com o equipamento, assegurando as horas que os mesmos praticam.

---- Referiu, também, que no Velódromo o serviço efetuado para além do horário normal de funcionamento também tem de ser assegurado com pessoal da Câmara Municipal, havendo, dessa forma, lugar a pagamento de horas.

---- Não deixou, ainda, de esclarecer que o valor previsto para horas extraordinárias também inclui as horas do pessoal destacado para os piquetes que procedem à reparação de roturas que possam surgir de forma imprevista nas redes.

---- Quanto ao valor de encargos em instalações, esclareceu que o mesmo inclui encargos com energia na área do saneamento, nomeadamente com as ETAR's que se encontram em funcionamento, com as inúmeras elevatórias e com as próprias infraestruturas de bombagem no sistema de abastecimento público de água. Acrescentou que este valor aumentou significativamente por força do aumento da percentagem do IVA. Referiu, ainda, que a este valor se acrescentará os encargos que advirão com mais duas ETAR's que se encontram em fase de conclusão, bem como as outras elevatórias do sistema de drenagem de águas residuais, que também se encontram em fase de conclusão e ligação de energia, que permitirão o seu arranque e funcionamento.

---- Por fim, e sobre a verba inscrita para seminários, exposições e similares diz respeito, num total de quatrocentos e vinte e oito mil euros, a Senhora Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a mesma inclui a Feira da Vinha e do Vinho e todos os eventos culturais e sociais, concluindo, assim, estar tudo incluído naquela rubrica e, portanto, também previsto nas GOP.

---- No seguimento da intervenção da Senhora Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra o Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental, Dr. João Paulo Almeida Anjos, presente na reunião, que aproveitou para esclarecer, relativamente às despesas com aquisição de bens e serviços, e em complemento ao que tinha sido dito pela Senhora Presidente, que os serviços estão sujeitos ao classificador oficial e por vezes tinham alguma dificuldade em classificar algumas rubricas.

---- Aproveitou, também, para dar a conhecer que têm de enviar mensalmente mapas à DGAL e têm de abrir rubricas residuais, porque o classificador oficial não contempla todas as necessidades em termos de rubricas orçamentais.-----

---- A terminar, esclareceu que os outros investimentos, cujo total se encontra referenciado na página catorze do documento, estão contemplados no PPI, repartidos pelas diversas funções, concluindo que aquele mapa é um agrregar de todos esses valores, dentro dos vários programas e de todas as funções.-----

---- No seguimento da intervenção do Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental, o Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, retomou a palavra, tendo declarado que nunca ponderaria a hipótese de os serviços fugirem aos classificadores, nem estava a dizer que o documento estaria tecnicamente mal elaborado. Estava tão só a considerar que o documento ficaria mais completo se nos textos que fazem a descrição dos pontos pudessem ter notas mais discriminadas, por uma questão de transparência, para que os cidadãos consigam compreender em que é que o dinheiro é gasto. Concluiu, assim, dizendo tratar-se de uma sugestão que fazia para a elaboração de documentos futuros.-----

---- De seguida, tomou a palavra o Senhor Vereador, Dr. Jorge António Tavares de São José, que, em relação às transferências para as Freguesias, quer correntes, quer de capital, respetivamente de noventa mil euros e de cento e trinta e sete mil, seiscentos e vinte e cinco mil euros, perguntou qual o modelo adotado para a atribuição dessas verbas.-----

---- Em resposta, a Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que no momento o montante é o possível, até porque têm de ter alguma cautela nessa atribuição. Recordou, assim, que a Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze atribui competências às Freguesias, mas ninguém ainda sabe bem como lhes serão atribuídas as verbas, acrescentando tratar-se de uma questão que não está clarificada. Em conclusão, referiu que efetivamente as competências, de acordo com o que está escrito na Lei, estarão delegadas nas Freguesias, mas se o Estado as delega, deveria desde logo fazer as respetivas transferências, ou explicar como as praticará. Acrescentou, ainda, que desde logo, no artigo seguinte ao da delegação de competências, fica-se com a ideia que as Câmaras terão de atribuir os meios para tal, o que conclui nem se perceber, tendo em conta a redução no valor das transferências a que os Municípios estão sujeitos.-----

---- No seguimento da resposta da Senhora Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra a Senhora Vereadora, Dr.^a Lígia Filipe Seabra, que começou por declarar que partilhava as questões apresentadas pelo Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro.-----

---- Entretanto, e relativamente ao valor das receitas do Velódromo, disse registar com agrado as palavras da Senhora Presidente da Câmara Municipal de que o mesmo peca por defeito. Disse registar, também, o reconhecimento que a Senhora Presidente fez do ónus que a gestão de forma autónoma com aquele equipamento acarreta para a Câmara Municipal. Mas, relativamente a essa questão, declarou que gostaria que fosse mais concretizado o custo para o município com a gestão autónoma de uma infraestrutura como o Velódromo.-----

---- A terminar, disse que gostaria de saber se estaria prevista alguma verba para concluir o novo pavilhão de Sangalhos, porquanto não tinha conseguido perceber se estaria consagrada no documento a obra de acesso aos dois pavilhões pela parte dos balneários.

---- Seguidamente, a Senhora Presidente da Câmara Municipal passou a dar resposta às questões apresentadas pela Senhora Vereadora, Dr.^a Lígia Seabra. Relativamente à questão do ónus com a gestão do Velódromo, a Senhora Presidente da Câmara Municipal começou por sublinhar tratar-se de uma obra que a todos deveria orgulhar, por ser uma infraestrutura de referência, tanto a nível nacional como internacional. Não deixou também de salientar que os prémios a que tinham sido chamados a receber, quer por parte do Comité Olímpico de Portugal, quer pela Federação de Ginástica, são um reconhecimento de todos e para todos sobre o que aquele equipamento representa. Acrescentou, ainda, que esse reconhecimento tem origem não só de dentro como também de fora, sendo o maior exemplo disso o mais recente pedido da Federação de Ciclismo da Holanda para estagiar no Centro de Alto Rendimento com vista à preparação para os Jogos Olímpicos, o que significa que reconhecem a qualidade da infraestrutura, completou.

---- Salientou, ainda, que deve constituir motivo de orgulho e de reconhecimento o facto de aquela obra ter sido conseguida com um grande esforço financeiro do município, embora não tenha sido completamente ressarcido do investimento realizado, concluindo que acredita que no futuro possa ter outra projeção e outra sustentabilidade.

---- Aproveitou para referir que a Câmara Municipal nunca tem um retorno financeiro completo por via das receitas provenientes da realização de eventos de natureza social, cultural ou desportiva. Contudo, acrescentou que o verdadeiro retorno desses eventos não é financeiro mas tem a ver com a valorização do capital humano e promoção do desenvolvimento social.

---- Adiantou, ainda, que a seu tempo daria conhecimento ao Executivo dos encargos que aquele equipamento envolve, inclusivamente com a própria eficiência energética, relativamente à qual a Câmara Municipal tem regras apertadas a cumprir, concluindo que tudo o que esteja ao alcance da Câmara Municipal para reduzir a despesa corrente, sobretudo com encargos das instalações, será feito.

---- Relativamente ao Pavilhão de Sangalhos, e a terminar, a Senhora Presidente da Câmara Municipal esclareceu estar contemplado em arranjos exteriores, ao que a Senhora Vereadora, Dr.^a Lígia Filipe Seabra, concluiu, então, que não havia dúvida que seria para avançar.

---- Apresentados os esclarecimentos por parte da Senhora Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra o Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, que começou por agradecer as respostas, que reputou de esclarecedoras e com as quais disse ter ficado satisfeito.

---- Entretanto, disse registarem as palavras da Senhora Presidente da Câmara Municipal relativamente ao facto de haver uma redução do orçamento face ao do ano anterior e aos dos anteriores, designadamente cerca de menos seis vírgula sete milhões, correspondente a cerca de menos vinte e um porcento, em relação ao ano de dois mil e treze, e menos nove vírgula sete milhões, correspondente a vinte e oito porcento, comparativamente ao ano de dois mil e doze.

---- Salvaguardando o facto de não gostar muito de fazer comparações muito discriminadas em termos orçamentais previsionais (por se estar perante documentos previsionais subjacentes em pressupostos distintos), disse que em termos de rubricas globais e aquando da prestação de contas, contudo, já faria mais sentido esta ação de comparação, visto que estariam perante um exercício orçamental efetivo com expressão na taxa de execução. Não obstante, nos grandes volumes orçamentais, disse pensar que aquela redução vem aproximar-se à realidade orçamental do Município de Anadia, acrescentando que tiveram alguns anos que tal não aconteceu, ainda que com a alegação de se tratar de documentos previsionais. De resto, concluiu que aquela descida orçamental, que sublinhou não criticar, surge em paralelismo ao que vem acontecendo no país, e ao qual Anadia não escapa e que, aliás, teria mesmo que vir a acontecer. Disse, ainda, e em termos de execução, esperar que aquelas taxas venham a refletir essa redução.

---- Em relação às Grandes Opções do Plano (GOP), que são as opções políticas do executivo maioritário para o ano de dois mil e catorze, quando comparadas com dois mil e doze, reconheceu haver uma descida de cerca de oito vírgula nove milhões de euros, correspondente a cerca de trinta e oito porcento, um valor que considera relevante, porquanto em dois anos desceu para cerca de dois terços, o que obriga, então, a um rigor maior daquele que tem vindo a ser desenvolvido.

---- Ainda assim, disse considerarem que as GOP padecem de algumas deficiências e problemas, as quais passou a realçar.

---- Na área da Proteção Civil e Luta contra Incêndios, com um valor previsto de cento e dois mil euros, que representa menos de um porcento das GOP, considerou que o mesmo é extremamente baixo, considerando que o concelho tem uma grande mancha florestal, que obrigaria a um cuidado especial nesta matéria. Considerou, também, que o valor inscrito para a rubrica Requalificação de Caminhos Florestais é extremamente exíguo para aquilo que deve ser realizado, concluindo que terá de ser feito um esforço, e grande, para quando a época de incêndios florestais se aproximar os Bombeiros poderem ter as mínimas condições para trabalhar.

---- Relativamente à Ação social, que representa cerca de dois porcento das GOP, considerou estar muito longe de corresponder à lamentável realidade com que o concelho se depara e se irá deparar. Não deixou de reconhecer que existem medidas transversais nesta área, e daí não pretender ser injusto no comentário. Contudo, disse não poder deixar de referir que o valor lhe parece muito baixo e que não chegará a várias famílias anadienses que estão em carência, pois pensa que o ano dois mil e catorze, infelizmente, ainda não será um ano de alívio para as famílias portuguesas.

---- Passando a falar da verba prevista para Abastecimento de água, considerou tratar-se de um investimento importante mas que o montante que lhe era destinado era relativamente baixo - quinhentos e sete mil e quinhentos euros (menos de três e meio porcento do total das GOP). Nesta matéria, constatou não terem acontecido reformulações de fundo na rede de água, apesar de existirem zonas do concelho em que essa rede teria de ser totalmente renovada, algumas com vinte ou trinta anos de existência, o que reforçava o que estava a dizer.

---- Acrescentou, ainda, que neste verão foram muito evidentes as inúmeras roturas de água que

foram acontecendo por todo o concelho, muitas dadas a conhecer pelas pessoas que iam contactando na rua. Nessa conformidade, disse que gostaria de saber se existe algum levantamento da atual situação da rede de abastecimento de água, e havendo estudos preliminares, quais as áreas do concelho onde a Câmara tem intenção de intervir.

---- Quanto aos Transportes Rodoviários, com um valor inscrito de mais de um milhão de euros, cerca de oito porcento das GOP, o Senhor Vereador considerou que seria bom terem uma visão prospectiva e, nesse sentido, que fosse tida em atenção a pertinência de reparar uma fuga de água, ou de renovar a rede, antes de proceder ao alcatroamento das vias, para evitar situações, como as que lhe tinham chegado ao conhecimento, de alcatroamento de pavimento efetuado num mês e logo no mês seguinte esse pavimento ser rebentado, ou até de trabalhos de alcatroamento de via executados em cima de roturas de água. Concluiu, assim, que tais situações não poderiam voltar a acontecer no futuro.

---- Ainda em matéria de água, disse que gostaria que houvesse algum cuidado no controlo da água, porquanto vão aparecendo vírus, bactérias, e quando não existe mais ninguém para criticar ou atribuir responsabilidades, as mesmas são imputadas à Câmara Municipal. Nessa medida, considerou que tudo o que pudessem fazer no âmbito do controlo não seria despiciendo fazer.

---- Em termos de Proteção do Meio Ambiente e Natureza, com um valor previsto de seiscentos e vinte e cinco mil euros, correspondente a quatro vírgula vinte e seis porcento das GOP, constatou que era mais uma área insuficientemente dotada, em que o grosso da rubrica tem a ver com o projeto do Rio Serra e concluiu tratar-se de uma área extremamente sensível relativamente à qual deveriam ter algum cuidado em não a desprezar, pois na sua opinião era o que tinha sucedido até ao momento.

---- Relativamente à rubrica da Cultura e das artes, com uma verba inscrita de seiscentos e dezasseis mil euros, correspondente a quatro vírgula vinte porcento das GOP, começou por constatar tratar-se de uma verba insuficiente. Não deixou de reconhecer que já foi realizado investimento em equipamentos nesta área, mas disse pensar que não existe verdadeira política cultural municipal, pois falta visão, falta definir estratégias e falta um rumo. Deu como mau exemplo o que se passa no Cineteatro, equipamento que desenvolve e apresenta pouca cultura.

---- Constatou, entretanto, que a criação cultural parte sobretudo das associações, mas sublinhou que compete à Câmara Municipal promover e estimular a cultura, apoiar os artistas (que com esta verba continuarão abandonados), e, por isso, considera que a verba prevista é diminuta, porque o apoio da Câmara Municipal pode fazer toda a diferença nessa área.

---- Referindo-se, ainda, ao tema Cultura, disse que lhe parece que o concelho irá permanecer com falta de um programa cultural multifacetado. Acrescentou que em sua opinião não se pode ser exclusivamente elitista e que os equipamentos também deveriam abrir aos artistas locais, nomeadamente o Museu do Vinho. Na política cultural também devem estar consagradas as nossas raízes históricas e culturais, nomeadamente o folclore, o teatro, entre outras.

---- A concluir, manifestou o seu agrado pelo anúncio feito pela Senhora Presidente da Câmara

Municipal de que iriam ser efetuadas as comemorações dos quinhentos anos da outorga dos forais manuelinos, o que disse que devem ser bem planeadas, trabalhadas e condignas, não esquecendo a evocação do centenário da morte de José Luciano de Castro e o aniversário "redondo" (quarenta anos) do vinte e cinco de abril.

Passando a falar da rubrica inscrita para Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca, disse não se compreender um valor tão baixo, de cinquenta e cinco mil euros, correspondente a zero vírgula trinta e oito porcento das GOP. Destacando o facto de o concelho ser iminentemente agrícola e florestal, considerou que esta rubrica deveria ser melhor dotada, de forma a incentivar o desenvolvimento nessas áreas, porque uma agricultura e floresta bem estimuladas ajudarão ao crescimento económico do concelho. Assim, rematou reiterando que lhes parecia um valor manifestamente exíguo.

Relativamente à Indústria e energia, cuja verba orçada ascende a trezentos e quarenta e seis mil e quinhentos euros, que representa cerca de dois vírgula quatro porcento do total das GOP, constatou que a rubrica também é reduzida, considerando que assim não se vai conseguir estimular o desenvolvimento económico. Acrescentou que aquilo que ainda é mais perturbador é não se vislumbrar uma estratégia para este setor tão fundamental. Para tal, disse que bastava olhar para a comunicação social e ver o que vai sendo desenvolvido em outros concelhos.

Acrescentou, ainda, que Anadia é um concelho que em muitos aspectos concorre com outros, nomeadamente em termos de captação de investimento. Dando a título de exemplo a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis que no âmbito de parcerias de investimento estabelecidas com empresas de capital Chinês, transformará uma Zona Industrial quase deserta numa zona praticamente toda preenchida com indústrias.

Ainda assim, disse ficarem satisfeitos, num primeiro momento, que as atuais Zonas Industriais do concelho venham a sofrer melhorias. Nesse âmbito, aproveitou para comentar, a título de exemplo, que o estado em que se encontra a Zona Industrial de Amoreira da Gândara a todos deveria envergonhar, com todas aquelas ervas altíssimas, os passeios inacabados, numa demonstração de falta de zelo. Acrescentou que se isso não era um péssimo cartão de visita para Anadia, então não sabia o que era, concluindo que os investidores, assim, não virão para Anadia, pois o concelho não é atrativo a vários níveis, mas sobretudo nesta área tão capital. Contudo, e a terminar, reiterou ficar minimamente satisfeito, num primeiro momento, com a intervenção nas Zonas Industriais.

Num breve comentário à criação do Gabinete do Empreendedor, manifestou-se moderadamente satisfeito, e disse esperar que se concretize e funcione de forma eficaz, não deixando de referir que essa medida fazia parte do programa eleitoral do PSD.

Em relação ao Turismo, referiu que Anadia tem, felizmente, um grande potencial neste capítulo, em várias áreas (gastronomia, enologia, termas, desporto, etc.), e dotar esta rubrica com uma verba de cerca de cinquenta e nove mil euros é de lamentar e vem demonstrar a forma errada como é encarado o turismo em Anadia. Prosseguiu, afirmando que este é o reconhecer por parte da Câmara

Municipal que praticamente vai desistir de fazer promoção turística, numa atitude de "lavar as mãos" nesta matéria, delegando a estratégia de desenvolvimento e a sua gestão na Rota da Bairrada, o que disse pensar ser redutor e diminuir uma das áreas de ação da Câmara Municipal.

----- Comentou, entretanto, duvidar que os comerciantes da Curia estejam satisfeitos com o que tem sido feito em termos de promoção turística daquela localidade. Acrescentou, ainda, que em sua opinião, e perante a obra de requalificação importante que foi feita na Curia, os comerciantes certamente que estariam à espera de que a Curia tivesse sido melhor promovida em vários pontos do país, chamando turistas e investidores. Concluiu, referindo tratar-se de uma verba manifestamente insuficiente.

----- No que às verbas para Juntas de Freguesia diz respeito (cerca de duzentos e vinte e oito mil euros), o Senhor Vereador referiu que independentemente das dúvidas que possam existir na delegação de competências, parece-lhe que a verba inscrita será insuficiente, representando cerca de um e meio porcento do total das GOP. Considerou que as Freguesias têm na sua génese uma grande capacidade de dinamização do seu espaço e, nesse sentido, podem assumir-se como polos de coesão social e ser parceiros no alavancamento da promoção e desenvolvimento do concelho. Considerou, ainda, que as verbas têm de ser dadas em função das verdadeiras necessidades e projetos dos autarcas, sendo que para tal deve ser feita uma auscultação prévia aos Presidentes de Junta de Freguesia (o que espera ter sucedido), e concluiu renovando que a verba é insuficiente face ao potencial que as Freguesias têm e podem representar.

----- Na área da Juventude, disse que não há rubrica própria nas GOP e que deste modo não dispõe de verbas nem projetos concretos para além dos que possam ser enquadrados noutras áreas, nomeadamente na área cultural e na área desportiva, o que para tal será certamente invocado o seu caráter transversal. Em todo o caso, não deixou de expressar que a juventude lhe parece merecer mais atenção. Antecipou, entretanto, que no decorrer de dois mil e catorze os Vereadores do PSD tinham o intento de apresentar propostas nesta área.

----- Sobre a intenção da criação do Conselho Municipal de Juventude, que subscreve, disse que teria de criticar a decisão tardia, pois há muito tempo devia estar constituído e a funcionar. Não retirando a importância à sua ação, completou que este órgão não iria resolver tudo. Concluiu, considerando que seria exigível apresentar mais medidas nessa área e que havia uma evidente falta de visão. Criticou, ainda, o facto de nos documentos previsionais se ter dado tantas linhas de explicação à área da juventude como se deu às geminações, visto serem matérias de amplitude e importância distinta.

----- Relativamente ao Saneamento, que reconheceu ser um dos pilares do documento, começou por declarar que os Vereadores do PSD não poderiam estar contra, até por se tratar de uma área de necessidades primárias. Contudo, disse pretender registar que também esperavam que fosse definitivamente daquela vez que se concretizasse a desativação das ETAR's de Mogofores e de Arcos, uma medida sobre a qual já se fala há dez anos, e que tantos transtornos tem provocado às populações circundantes. Felizmente disse ver agora contemplada essa medida e renovou a

esperança dos Vereadores para que a mesma se concretize em definitivo durante o ano de dois mil e catorze.

---- Quanto à rubrica Mercados e Feiras, com uma verba previsional de dezoito mil euros, correspondente a zero vírgula quinze porcento das GOP, referiu tratar-se igualmente de uma verba exígua, se tivermos em consideração as imensas queixas dos feirantes do Mercado de Anadia e seus clientes, relativamente às condições que aquela infraestrutura oferece. Considerou, assim, que o Mercado de Anadia necessita de alguns melhoramentos, pelo que pensa que a verba inscrita se revela insuficiente.

---- Considerou, também, que no Mercado de Vilarinho do Bairro deve ser promovida uma intervenção de requalificação, pois o mesmo já apresenta muitas insuficiências e o seu estado de conservação não é o melhor e, nessa medida, tendo em conta os melhoramentos necessários nesses dois mercados, reiterou que os dezoito mil euros são manifestamente insuficientes.

---- Entretanto, constatou não ter visto no documento qualquer referência ao canil. Reconhecendo que eventualmente não será possível o investimento na construção de um canil para satisfazer apenas as necessidades de Anadia, considera, nessa medida, que a Câmara Municipal deverá encetar contactos com os concelhos limítrofes que apresentam o mesmo problema, recorrendo a parcerias com o objetivo da construção de um canil intermunicipal. Acrescentou, então, que por uma questão de saúde e segurança públicas, e por uma questão de bem estar animal, deveria ser ponderada essa parceria. É uma hipótese a considerar e não a descartar.

---- Em termos de endividamento, constatou que no final de dois mil e catorze o valor de endividamento atingirá cerca de nove vírgula sete milhões de euros, partindo do pressuposto que ao empréstimo relativo à Requalificação do Parque Escolar seja concedido o visto pelo Tribunal de Contas.

---- Entretanto, constatou que de acordo com os documentos previsionais o serviço da dívida aumenta face a dois mil e treze, representando o valor de endividamento um acréscimo de cerca de quarenta e sete porcento, o que consideram ser um valor elevado e que acarreta riscos para o serviço da dívida. Revelou, assim, que o que o preocupa na questão do endividamento tem a ver com a questão de saber se o investimento traz ou não retorno económico para o Município. Acrescentou, então, que do forte investimento que aconteceu, o resultado foi que em dez anos o concelho perdeu oito porcento da sua população e a que existe é maioritariamente envelhecida, os indicadores ditam que o desemprego subiu, as empresas continuam a falir. Apesar de reconhecer que as últimas questões também são consequência da crise nacional e europeia, sublinhou que o desenvolvimento económico em Anadia é uma miragem.

---- Recordou, entretanto, que recentemente, em junho de dois mil e treze, o Executivo definiu as suas opções relativamente aos impostos e taxas municipais, nomeadamente com uma redução da derrama, uma medida ainda assim insuficiente ao bom estímulo do desenvolvimento económico, na opinião dos Vereadores do PSD. Reconhecendo que no pacote fiscal o IMI se encontra nas taxas mínimas, já relativamente à participação no IRS, considerou que ficou aquém do que poderia ser

feito, uma vez que nada é devolvido aos municípios. Salvaguardando o facto de não pretender retirar legitimidade a essa matéria, disse que gostaria que a mesma tivesse sido discutida já no atual Executivo. Contudo, constatou que não foi assim, mas disse respeitar.

--- O Senhor Vereador considerou, assim, que tendo em conta as duas vertentes, famílias e empresas, com a descida daqueles impostos poderiam ser abertos novos horizontes ao concelho, apesar de reconhecer que essa descida poderia contribuir para a diminuição da receita. No entanto, concluiu que teriam de arranjar outros mecanismos de forma a compensar essa diminuição. Lamentou, entretanto, que aqueles documentos previsionais estivessem assentes também naquele pressuposto, porque considera que se poderia ter ido mais longe.

--- A concluir, e face ao que tinha sido dito pelos Vereadores do PSD, destacou que aqueles documentos previsionais evidenciam, na opinião dos Vereadores do PSD, pouca ambição e não evidenciam qualquer estratégia de crescimento sustentável, equilibrado e consolidado para o concelho de Anadia. Declarou, a terminar, que os documentos previsionais propostos não servem eficazmente o concelho de Anadia, logo os Vereadores do PSD não podiam ter uma visão e opinião favorável.

--- Finalizada a intervenção do Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, tomou a palavra o Senhor Vereador, Prof. Litério Augusto Marques, que começou por dizer que a Senhora Presidente da Câmara Municipal tinha dado oportunidade de fazer campanha eleitoral, pelo que gostaria que a sua intervenção também fosse mais tarde publicada na comunicação social.

--- Passou, então, a referir que em primeiro lugar havia que perguntar aos Senhores Vereadores do PSD onde se deveria ir buscar o dinheiro para realizar tudo aquilo que defendiam, porque parecia que se esqueciam que apoiam um Governo que não paga o que deve ao município de Anadia e ainda cortou as transferências aos municípios, alegando falta de disponibilidade financeira.

--- Assim, referiu que a Câmara Municipal elaborou um orçamento com base numa previsão realista. Referiu, também, ser a primeira vez que era feito um orçamento daquele género e não deixou de sublinhar o impacto que a Lei dos Compromissos tem na gestão da autarquia, que acabou com os orçamentos empolados. Acrescentou, ainda, que a questão é saber se há dinheiro ou não há, porque tudo o resto era fantasia, relembrando que ainda há pouco tempo os municípios não acreditaram nas promessas do PSD e foi por isso mesmo que não ganharam as eleições.

--- Considerou, entretanto, e relativamente ao que tinha sido dito pelos Vereadores da oposição sobre as transferências para as Freguesias, que o Governo é que tem de criar condições para as Freguesias, e como ainda nada fez para definir as comparticipações às mesmas, acrescentou, por isso, que a Senhora Presidente da Câmara Municipal deveria ter previsto no documento um valor meramente indicativo, mas entendeu, e bem, inscrever umas verbas generosas.

--- Continuando a sua intervenção, e passando a falar da questão do Velódromo, começou por referir que a Câmara Municipal tudo deverá fazer para dinamizar aquela infraestrutura. Recordou que o Governo sempre andou a adiar a sua responsabilidade no financiamento, uma vez que se trata de uma obra nacional relativamente à qual tem obrigação de financiar. Acrescentou, ainda, que o anterior

Governo financiou muitas vezes de forma indireta os encargos de funcionamento daquela instalação.-

---- Portanto, concluiu que se o atual Governo não tem dinheiro, se não permite aumentar a dívida, não permite financiar sem comprometer, gostaria de saber como é que a Câmara Municipal poderá assegurar todas as atividades que os Senhores Vereadores do PSD preconizam.-

---- Relativamente ao apoio para a agricultura, e apesar de os Senhores Vereadores considerarem a verba afeta à agricultura manifestamente exígua, o Senhor Vereador, Prof. Litério Augusto Marques, não deixou de sublinhar que o próprio Governo instituiu um mecanismo que em nada favorece o pequeno agricultor e o desenvolvimento agrícola e florestal, pelo que considera que não poderá ser a Câmara Municipal, com o seu parco orçamento, a colmatar, também a este nível, a falta de apoio do Governo.-

---- Considerou, também, que a redução permanente das verbas transferidas do poder central só revela a intenção do Governo em destruir os municípios, à semelhança do que fez com as freguesias, delegando outras grandes atribuições nas Comunidades Intermunicipais (CIM's) e eliminando, dessa forma, o poder decisório das Câmaras Municipais.-

---- Continuando, revelou-se preocupado com o novo Quadro Comunitário, atentas as novas atribuições e delegações de competências. Destacando o facto de a Câmara Municipal não poder pedir dinheiro, por não ter autorização do Governo, disse pensar que os Senhores Vereadores começam a ter de se apresentar às reuniões do Executivo sem haver lugar a pagamento de qualquer senha de presença. Reconheceu, assim, que perante esse impedimento para pedir dinheiro, provavelmente uma das soluções passa por aumentar a derrama e os outros impostos e taxas municipais.-

---- Entretanto, considerou que, por força da atual conjuntura, o orçamento em discussão foge à regra de todos os anteriores. Quanto ao discurso dos Senhores Vereadores do PSD, adiantou que os mesmos estavam a discutir matérias que deveriam ser discutidas em sede de análise da prestação de contas.-

---- Quanto ao investimento em sistemas de controlo da qualidade da água, afirmou que a Câmara Municipal cumpre todas as disposições legais que lhe são impostas. Sobre essa matéria, aproveitou para referir que as roturas acontecem em alguns ramais antigos, pelo seu desgaste, mas também nos mais recentes, uma vez que os materiais utilizados nas condutas não resistem à pressão da água. Daí reconhecer a ocorrência de algumas roturas, comentando, a concluir, que as mesmas até serviram para os Senhores Vereadores do PSD tirarem fotografias, que utilizaram como mote de campanha eleitoral.-

---- Sobre a crítica relativa à falta de apoio às Associações, o Senhor Vereador informou que as mesmas não pagam qualquer valor referente aos transportes, apesar de tal não estar refletido diretamente neste orçamento. Contudo, comentou que em face das políticas do Governo, a Câmara Municipal terá, também a este nível, de promover algumas restrições, o que afetará, consequentemente, o apoio às Associações.-

---- Passando a falar da questão da requalificação, reconheceu que os elementos da maioria sabiam

bem o que tinham a fazer, por isso mesmo se tinham candidatado. Contudo, acrescentou que com a falta de recursos financeiros, estavam bastante limitados na sua ação.

---- Aproveitou, entretanto, para comentar que ao ouvir um Vereador elogiar o trabalho e o orçamento, à exceção da parte financeira, sempre esperava que votasse favoravelmente o orçamento.

---- De seguida, voltou a falar da questão do Velódromo. Assim, constatou que o Estado assume que não paga porque não tem dinheiro e diz para a Câmara arranjar *sponsors* para o Velódromo. Contudo, recordou que a candidatura ao POVT dizia claramente qual a comparticipação que cabia ao Estado, concluindo que o Estado ainda deve o valor correspondente aos cinco porcento dessa comparticipação. Relembrou, ainda, que a obra foi financiada pela Câmara Municipal e pela Europa, sublinhando o facto de se tratar de uma obra que orgulhosamente torna a Câmara Municipal e Anadia conhecidas até no estrangeiro.

---- Relativamente às obras na Curia e à sua promoção, declarou tratar-se de uma opção do Executivo, reconhecendo que poderia haver outras formas de o fazer.

---- Sobre o Mercado de Anadia, constatou tratar-se de uma obra nova, e ainda que reconheça que se possam impor pequenas correções, não pondera que sejam necessários grandes trabalhos, pelo que considera que a verba inscrita se revela suficiente.

---- Quanto à derrama e à participação no IRS, que os Senhores Vereadores do PSD disseram serem medidas ainda insuficientes, o Senhor Vereador, Prof. Litério Augusto Marques, comentou que o desejo dos Senhores Vereadores do PSD é que a Senhora Presidente da Câmara não tenha dinheiro. Contudo, destacou o facto de a Senhora Presidente ter muito trabalho a realizar em face das muitas solicitações, mas disse para não se preocupar porque as queixas que ouvia da população era sobre o Governo e o panorama nacional, e não da Senhora Presidente da Câmara.

---- Concluiu, assim, afirmando que a Senhora Presidente da Câmara Municipal não aceitou o projeto dos Senhores Vereadores do PSD, e acrescentou que as críticas que tinham ouvido não passavam de uma utopia. Declarou, a finalizar, que votaria favoravelmente.

---- De seguida, tomou a palavra o Senhor Vereador, Engenheiro Jorge Eduardo Ferreira Sampaio, que começou por declarar que concordava com tudo o que tinha sido dito pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, na sua nota introdutória e nas explicações posteriores, e pelo Senhor Vereador, Prof. Litério Augusto Marques, e que, por isso, considerava haver pouco mais a acrescentar.

---- Contudo, referiu ver naquele orçamento rigor e disciplina na previsão do que havia a fazer em dois mil e catorze, mas acima de tudo um grande sentido de responsabilidade, apesar de todas as incógnitas que dois mil e catorze lhes reserva, nomeadamente quanto a fundos comunitários, porquanto todos sabiam que no quadro comunitário anterior (dois mil e sete dois mil e treze), os primeiros concursos só tinham sido abertos em dois mil e nove.

---- Finalizou, assim, sublinhando que se havia palavra que definisse aquele orçamento era responsabilidade.

---- Completada a intervenção do Senhor Vereador, Engenheiro Jorge Eduardo Ferreira Sampaio,

tomou a palavra o Senhor Vereador, Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado, que também se começou por reportar à introdução feita pela Senhora Presidente da Câmara Municipal e à intervenção do Senhor Vereador, Prof. Litério Augusto Marques.

--- Considerou, entretanto, tratar-se de um orçamento de contenção, do orçamento mais baixo de que tinha memória o que, portanto, explicava o valor contemplado em determinadas rubricas que de facto não poderiam ter a dotação que todos desejariam. As razões para tal prendem-se com os constrangimentos de ordem financeira, provocados pela castradora diminuição de receitas que este governo tem infligido às autarquias, mas também pelo espírito mais realista que, entende, se pretende com este orçamento em ordem a que venha a estar mais perto da sua real execução.

--- No seguimento do que tinha sido dito anteriormente e em resposta a observações críticas que se reportavam ao valor previsto na ação social, referiu que o investimento previsto na ação social ultrapassa claramente o valor previsto nesta rubrica, porquanto esta também é dotada indiretamente, uma vez que se socorre de medidas transversais que são concretizadas através de investimento previsto para outros setores, estando, portanto, neles contemplados. Exemplo flagrante do atrás exposto, regista-se com a rubrica da educação, nomeadamente a ação social escolar.

--- Nessa conformidade, aproveitou para declarar que a educação, nomeadamente a escola pública e ação social escolar que dela deve resultar, é, provavelmente, o maior instrumento de prossecução da igualdade, da justiça e coesão social ao dispor de um estado que pretenda dar luz aos mais elementares valores e princípios do estado de direito social. Assim, realça com agrado a importância dada à educação neste orçamento e salienta que tal faz cair por terra o argumento de pouco investimento na ação social.

--- Neste enquadramento, aproveitou, também, para sublinhar que a Câmara Municipal está, felizmente, em contraciclo com um Governo que pretende acabar com a escola pública, o que, em sua opinião, significa uma forte "machadada" no estado social e a falência do seu principal instrumento de coesão e inclusão social.

--- Não deixou também de referir que num orçamento de contenção foi dado maior ênfase à proteção do meio ambiente, o que registou ter sido sempre uma das áreas que o PS sempre considerou que deveriam estar mais reforçadas.

--- Relativamente à juventude, adiantou que os projetos não são para ser feitos "em cima do joelho", que se encontram em fase de elaboração e que obviamente iriam ser apresentados, mas não ainda naquele documento, o que não significa que não existam projetos a ser apresentados em dois mil e catorze.

--- Para concluir, referiu que aquele orçamento não poderia deixar de registar dificuldades atras aduzidas, mas completou que, ainda assim, é um orçamento que tenta bater-se contra as políticas de um Governo que reduz de forma avassaladora as verbas dos Municípios, esvaziando, assim, de forma indireta, as suas competências e, afinal, penalizando a prossecução do bem comum. A finalizar, declarou que o seu voto seria favorável.

---- Na continuidade do período de intervenções, interveio a Senhora Vereadora, Dr.^a Lígia Filipe Seabra, que começou por dizer que concordava e partilhava das considerações e preocupações manifestadas pelo Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro. Esclareceu, entretanto, que os Vereadores do PSD não estavam ali a fazer campanha nem a falar do passado. Estavam, sim, a visionar o futuro e não a justificar o passado.-----

---- Entretanto, considerou que a proposta de orçamento apresentada não tem uma visão clara do que se quer para o concelho em termos de ciclo de desenvolvimento futuro, acrescentando que com uma nova maioria, constituída por independentes e um vereador socialista, se esperava uma inversão. Não deixou de referiu, também, que a proposta não capitaliza os investimentos feitos no concelho, não humaniza os residentes, como preconizado no discurso de tomada de posse da Senhora Presidente da Câmara Municipal, não é amiga das famílias, nem combate a tendência de perda de habitantes no concelho.-----

---- Atentas as Grandes Opções do Plano, disse não promover um verdadeiro desenvolvimento económico do concelho, nem apontar rumos estratégicos, contemplando áreas que não perspetivam uma inversão de ciclo em termos daquilo que seria necessário para catalisar o desenvolvimento económico do concelho e resumindo-se a uma continuação das obras em curso.-----

---- Não deixou de referir, ainda, que a proposta contempla o Centro Escolar de Sangalhos, apesar de não haver garantia de que o mesmo possa colher a aprovação do programa Mais Centro. Aproveitou, assim, para concluir que poderia haver duplicação da utilização de dinheiros públicos destinados a requalificação de escolas que depois seriam substituídas pelos novos Centros Escolares, pelo que, considerando a educação um setor prioritário, não havia justificação para essas duplicações.-----

---- Não obstante, não deixou de considerar tratar-se de um orçamento realista, que revela algum equilíbrio em termos de receita e despesa, apesar de não acolher, nem ter de acolher, as opções do PSD. Acrescentou que o mesmo tem muitas medidas na área social, lazer, com as quais os Vereadores do PSD concordam e adiantou esperar que ao longo da sua execução contribua para humanizar as infraestruturas do município e capitalizar os investimentos.-----

---- Em conclusão, adiantou que dariam o benefício da dúvida àquele Executivo formado por uma maioria entretanto alargada, apesar de terem alguma discordância em relação ao orçamento apresentado, porque fariam diferente. Finalizou, declarando que pretendia reforçar a intervenção completada pelo Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, e adiantar que se iria abster.-----

---- De seguida, interveio o Senhor Vereador, Dr. Jorge António Tavares de São José, tendo começado por declarar que concordava com as intervenções do Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, e da Senhora Vereadora, Dr.^a Lígia Filipe Seabra.-----

---- Recuperando as palavras do Senhor Vereador, Prof. Litério Augusto Marques, sublinhou que efetivamente aquelas não eram as opções dos Vereadores do PSD. Entretanto, referiu que a proposta de documentos previsionais apresentada deixará alguma margem de atuação à Senhora

Presidente da Câmara Municipal, e concluiu que, como tinha dito a Senhora Vereadora, Dr.^a Lígia Filipe Seabra, mereceria alguma margem de dúvida para a sua atuação. Finalizou, declarando que se iria abster.

---- Decorridas as intervenções dos Senhores Vereadores, a Senhora Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra, começando por constatar ser normal que as opções sejam diferentes. Recordou, entretanto, que começou por dizer que aquele era o primeiro orçamento do mandato autárquico recentemente iniciado, pelo que, como tinha dito a Senhora Vereadora, Dr.^a Lígia Filipe Seabra, deveriam olhar para o futuro e não para o passado. Mas reconheceu que acabou por fazê-lo, assim como os restantes Vereadores, quando fizeram comparações com os orçamentos dos anos anteriores.

---- Passou, então, a dar resposta a algumas questões entretanto referenciadas. Relativamente ao endividamento, que totaliza sessenta e um milhões de euros, deu conta que entre dois mil e oito e dois mil e onze a Câmara Municipal dependeu essencialmente dos Fundos Comunitários, concluindo que para fazerem todos aqueles investimentos e para recorrer a esses Fundos Comunitários tal não seria possível se a Câmara Municipal não pudesse recorrer aos empréstimos para adiantar as verbas, pagar a empreiteiros, etc..

---- Acrescentou, ainda, que foi nessa perspetiva de adiantar o dinheiro que a Câmara Municipal conseguiu candidatar-se aos Fundos Comunitários, sublinhando que se estivesse à espera das transferências do Estado nada faria. Aproveitou para dar nota de que se em meados deste ano a CCDRC tinha alertado que a taxa de execução financeira do Município de Anadia era baixa, hoje avançava que a mesma era de realçar porque a Câmara tinha os projetos financiados concluídos e os pedidos de pagamento finais submetidos.

---- Relativamente às receitas de capital, que no ano anterior alcançaram um total de cinquenta e um vírgula sessenta e oito porcento, constatou que na proposta em apreciação desceram substancialmente, pelo que o dinheiro tem de surgir de algum lado, e reforçou que conforme tinha referido as receitas correntes no presente orçamento estão a financiar as despesas correntes e ainda as de capital. Assim, disse que seria difícil investir muito mais, por exemplo na juventude, ou em outras áreas que não têm, desde logo, retorno financeiro. Mesmo assim, concluiu que teriam de ser criativos e tentar desenvolver projetos cujas despesas não se refletiram nas grandes opções do plano.

---- Aproveitou para dar a conhecer, conforme definido na Lei, que no próximo ano zero vírgula vinte e cinco porcento do valor da taxa de IRS cobrada pelos Municípios também vai financiar o orçamento das Comunidades Intermunicipais (CIM's), reduzindo, assim, o valor que caberia às Câmaras Municipais, como era óbvio.

---- Relativamente às Freguesias, referiu que as próprias Freguesias têm de trabalhar com o seu orçamento, recordando que têm competências delegadas, com a nova legislação, mas com redução de transferências financeiras do Estado. Nessa conformidade, e salvaguardando o facto de ainda não estar definida essa questão, referiu que se for a Câmara Municipal a ter de suportar essa redução

nas transferências do Estado para as Freguesias, não sabia como tal se iria conseguir. Portanto, concluiu que se a Câmara Municipal ainda consegue alcançar aquele orçamento, indicado nos documentos previsionais, ficava algo apreensiva pelo facto de desconhecerem o desfecho deste ou o alcance do próximo quadro comunitário de apoio, que permitisse pensar em projetos futuros.

Quanto ao empréstimo para requalificação do parque escolar, adiantou que mesmo que possa haver lugar ao encerramento de escolas, em que a requalificação venha a existir, outras continuarão ainda a funcionar, pelo que a aplicação deste empréstimo e do investimento que se propõe vale quanto mais não seja pela requalificação do património municipal que, de outra forma, não haveria como conseguir e que não se pode desprezar.

Passando a referir-se à verba destinada ao apoio às famílias, informou tratar-se de valores indicativos, que foram inscritos de acordo com as solicitações que vêm chegando aos serviços, mas adiantou que havendo necessidade de reforçar essa verba, também estariam disponíveis para o fazer.

Sobre o abastecimento de água, reconheceu que seria evidente que em situações pontuais em que estivesse a ser feita uma intervenção e fosse encontrado um qualquer problema na conduta, os serviços procederiam à sua substituição. Para melhor esclarecer a questão, deu o exemplo das intervenções levadas a efeito na Rua Justino Sampaio Alegre, explicando que o piso ainda não tinha sido reposto porque havia um investimento que se tinha revelado necessário realizar precisamente ao nível da substituição da conduta principal. Para concluir, referiu que são esses investimentos que também são bastante avultados e que pretendiam enquadrar e ainda vir a receber algum apoio comunitário.

Em resposta à questão sobre a existência de registo das redes rigoroso do que se passou há trinta ou quarenta anos, esclareceu não existir, porquanto são projetos antigos. Contudo, acrescentou que os serviços vão atualizando esses registos pontualmente e também à medida que vão fazendo reformulações nas redes, não deixando de referir que existe registo da rede atual.

Continuando a responder às questões colocadas pelos Senhores Vereadores, a Senhora Presidente da Câmara Municipal perguntou como seria possível a Câmara Municipal apoiar o investimento na floresta quando as próprias medidas que regulamentam a matéria impõem tantos problemas aos empresários a nível do licenciamento, nomeadamente impondo a apresentação de estudos de viabilidade económica, projetos de florestação, etc.. Dessa forma, completou, os empresários acabam por ser um pouco contrariados pelas próprias leis que acabam por levar, não ao incremento, mas a acabar com estas áreas, encravando o seu desenvolvimento.

Sobre as Zonas Industriais, não deixou de reconhecer que compete à Câmara Municipal a sua manutenção e dinamização, mas também não deixou de referir que compete igualmente aos próprios comerciantes e industriais terem capacidade de inovar. Acrescentou, assim, que a Câmara Municipal pode implementar medidas de incentivo aos industriais, mas reiterou que lhes cabe adotar outra atitude, no sentido de inovar e dinamizar o comércio e a indústria.

Completo, ainda, que cabe igualmente aos industriais, e não só à Câmara Municipal, fazer um

esforço no sentido de promover a dinamização de Zonas Industriais, que se querem mais atrativas para que outros se venham a instalar, contribuindo dessa forma, também, para a promoção e desenvolvimento do concelho. Da parte da Câmara Municipal, assegurou que fariam um esforço de promoção e divulgação para que outras empresas se venham a instalar no concelho e, por conseguinte, também mais famílias.

---- Ainda sobre a questão do abastecimento de água, esclareceu que as verbas inscritas no orçamento também contemplam o controlo e gestão dos sistemas de desinfeção. Aproveitou para reiterar que a Câmara Municipal tem análises periódicas da água da rede, realizadas por laboratórios acreditados, para além das análises efetuadas pelo próprio Centro de Saúde. Acrescentou, ainda, que também remete as amostras para o ERSAR, sem que até à presente data tivesse algo de significativo a registar, concluindo que as análises são feitas nos próprios reservatórios e em locais distintos da rede.

---- Para concluir a sua intervenção, não deixou de reconhecer que também gostaria que o orçamento fosse melhorado e mais ambicioso, contudo, referiu que da articulação e união que possa vir a existir entre as associações do concelho, e pelo que ia ouvindo, as mesmas estão seriamente empenhadas em criar sinergias que possam contribuir para a dinamização e promoção cultural do concelho.

---- Numa intervenção final, o Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, começou por dizer pretender registar com agrado a intervenção serena que a Senhora Presidente da Câmara Municipal tinha completado, sem necessidade de recurso a exaltações.

---- Referiu, entretanto, que tratando-se de documentos que obrigam a um estudo e uma análise profunda, os quais obrigam, portanto, a que os Vereadores tenham o tempo necessário para o fazer.

---- Depois, disse pretender anunciar que também se iria abster. Reconheceu tratar-se do primeiro orçamento da Senhora Presidente da Câmara Municipal, nessas funções, e acrescentou que apesar das críticas, tinha ficado satisfeito pelo facto de a própria Senhora Presidente reconhecer que gostaria que fosse diferente, assim como todos gostariam.

---- Não deixou de referir, também, que os documentos encerravam, na opinião dos Vereadores do PSD, muitas lacunas, omissões e insuficiências, mas que naturalmente também possuíam algumas virtudes e méritos. Antecipou que iriam fiscalizar ativamente a execução do que estava proposto naqueles documentos, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal, como lhes competia.

---- Aproveitou, ainda, para adiantar que nunca deixariam de apresentar democraticamente as suas ideias e expressar as suas opiniões, no tempo que entenderem por necessário, mesmo que isso incomode algumas pessoas, não deixando de estar ao lado do Executivo maioritário, como já tinham estado, sempre que acharem que tal contribui para a melhoria do concelho.

---- A terminar, manifestou o desejo dos Vereadores do PSD para um bom desempenho do executivo no ano de dois mil e catorze, a bem do concelho de Anadia, não deixando de alertar para o facto de que aquele documento, sendo previsional, tem de estar sob permanente controlo e atualização.

---- Completadas as intervenções, a Senhora Presidente da Câmara Municipal submeteu à votação o documento, tendo o Executivo deliberado, por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores

do PSD, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, Dr. Jorge António Tavares de São José e Dr.^a Lígia Filipe Seabra, concordar com a proposta de documentos previsionais, opções do plano, orçamento e mapa de pessoal do Município de Anadia, apresentada para o ano de dois mil e catorze (2014), e remetê-la à Assembleia Municipal para aprovação, em cumprimento do disposto, respetivamente, na alínea c), do n.^º 1, do artigo 33.^º, do anexo I à Lei n.^º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea a), do n.^º 2, do artigo 3.^º, do Decreto-lei n.^º 209/2009, de 03 de setembro, e artigo 5.^º da Lei n.^º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (nas redações atualizadas).-----

---- A referida proposta, para além do mapa de pessoal para o ano dois mil e catorze, é constituída pelos seguintes documentos previsionais: Grandes Opções do Plano, no montante total previsto para dois mil e catorze de catorze milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, trezentos e trinta euros (€ 14.662.330,00); Mapa de Receita, no montante total de vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e oito mil euros (€ 24.938.000,00); Mapa da Despesa, no montante total de vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e oito mil euros (€ 24.938.000,00), e Mapa Resumo da Despesa e da Receita, no montante total de vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e oito mil euros (€ 24.938.000,00).----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do nº 2, do Artigo 57.^º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

--- 2. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA C), DO N.^º 1, DO ARTIGO 6.^º, DA LEI N.^º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E DO ARTIGO 12.^º, DO DECRETO-LEI N.^º 127/2012, DE 21 DE JUNHO:-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, uma proposta subscrita pela própria, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à presente minuta.-----

---- Sob a epígrafe "Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais (para os efeitos previstos na alínea c) do n.^º 1 do Artigo 6.^º da Lei n.^º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Artigo 12.^º do Decreto-lei n.^º 127/2012, de 21 de junho)", a Senhora Presidente da Câmara Municipal apresenta a proposta cujo teor se passa a reproduzir:-----

---- "Considerando que dispõe o artigo 22.^º do Decreto-Lei n.^º 197/99, de 8 de junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:-----

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----
 - b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.-----
- Considerando ainda que, e por outro lado, a alínea c) do n.^º 1 do artigo 6.^º da Lei n.^º 8/12, de 21

de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;-----

---- Considerando, outrossim, que o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, nos termos do artigo 14.º, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano;-----

---- Considerando que, atenta esta faculdade, e ainda a celeridade, eficácia e boa implementação da estratégia de desenvolvimento municipal justamente desenvolvida pelos órgãos de Município, nomeadamente através da aprovação dos documentos previsionais, importa que seja solicitada a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, dado que parte do citado normativo foi revogado pela lei dos compromissos (artigo 13.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro);-----

---- Considerando ainda o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho;-----

---- Tenho a honra de propor:-----

---- 1 - Que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal proposta para que este órgão emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, independentemente do valor, bem como todos os compromissos plurianuais resultantes de reescalonamento físico e/ou financeiro advenientes de um contrato ou acordo escrito;-----

---- 2 - Que delibere solicitar à Assembleia Municipal que este órgão, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, na autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal abranja ainda os encargos não previstos no PPI que não excedam o limite de 99.759,58 € euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;-----

---- 3 - Que delibere ainda a Câmara Municipal que a emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo seja dada na condição que, além das condições previstas acima, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro e no Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;-----

---- 4 - Que mais delibere a Câmara Municipal que, na sequência do pedido de autorização prévia formulado, seja igualmente autorizada a delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de

compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de caráter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1 e 2, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública;-----

---- 5 - Que delibere ainda a Câmara Municipal que, com a emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo, prestará informação trimestral da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica objeto da presente proposta e deliberação."-----

---- Analisado o documento, o Executivo deliberou, por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, Dr. Jorge António Tavares de São José e Dr.^a Lígia Filipe Seabra, aprovar a proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal e solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, independentemente do valor, bem como todos os compromissos plurianuais resultantes de reescalonamento físico e/ou financeiro advenientes de um contrato ou acordo escrito.-----

---- Foi também deliberado, por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, Dr. Jorge António Tavares de São José e Dr.^a Lígia Filipe Seabra, solicitar à Assembleia Municipal, para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, que na autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, abranja, ainda, os encargos não previstos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) que não excedam o limite de noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito centimos (€ 99.759,58), em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.-----

---- O Executivo deliberou igualmente, por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, Dr. Jorge António Tavares de São José e Dr.^a Lígia Filipe Seabra, solicitar à Assembleia Municipal que a emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos seja dada na condição de, além das condições previstas nos pontos um e dois da proposta de deliberação, serem respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, e no Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.-----

---- Foi ainda deliberado, por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, Dr. Jorge António Tavares de São José e Dr.^a Lígia Filipe Seabra, na sequência do pedido de autorização prévia formulado, solicitar igualmente autorização à Assembleia Municipal para delegar na Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de caráter continuado e repetitivo, desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos dos números um e dois, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.-----

---- Por último, o Executivo deliberou, por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores, Dr.

José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, Dr. Jorge António Tavares de São José e Dr.^a Lígia Filipe Seabra, que com a emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo, prestará informação trimestral, da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica objeto da proposta da Senhora Presidente da Câmara Municipal e da presente deliberação.

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do nº 2, do Artigo 57.º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

3. RELATÓRIO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA INTERCALAR DO MUNICÍPIO DE ANADIA, REPORTADA A TRINTA DE JUNHO DE DOIS MIL E TREZE:

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para conhecimento do Executivo, o relatório da situação económica e financeira intercalar do Município de Anadia, que se dá como transcrito e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexo à mesma.

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal remete para conhecimento do Executivo Municipal o relatório sobre a situação económica e financeira intercalar do Município de Anadia, reportada a trinta de junho de dois mil e treze, elaborado pelo seu auditor externo, P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., para os efeitos do disposto na alínea d) do nº 3 do artigo 48.º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais).

---- O Executivo tomou conhecimento do relatório do auditor externo sobre a situação económica e financeira intercalar do Município de Anadia, reportada a trinta de junho de dois mil e treze.

---- Relativamente ao assunto, tomou a palavra o Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, para solicitar, se possível, que de futuro fosse acrescentada mais matéria que contribuísse para um melhor esclarecimento às pessoas, como, aliás, dos próprios relatórios deveria constar.

---- Em resposta, a Senhora Presidente da Câmara Municipal disse que iriam solicitar aos Revisores Oficiais de Contas para fazer o devido registo e elencar em futuros relatórios e adiantou que os próprios serviços iriam incluir na prestação de contas.

4. COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS:

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para conhecimento do Executivo, a informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica no âmbito da Lei dos Compromissos, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à presente minuta.

---- Nos termos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 6.º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, e posterior regulamentação operada pelo Decreto-lei nº 127/2012, de 21 de junho, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso (LCPA), e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica,

incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, está sujeita, no que respeita às entidades da Administração Local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;-----

---- E dando cumprimento ao ponto cinco da proposta de Autorização Prévia Genérica Favorável à Assunção de Compromissos Plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos, aprovada na sessão ordinária da Assembleia Municipal de trinta de abril de dois mil e treze;-----

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal apresenta, para conhecimento do Executivo Municipal, informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos pelo Município de Anadia até à presente data, ao abrigo da referida autorização prévia genérica.-----

---- O Executivo tomou conhecimento da informação apresentada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal relativa aos compromissos plurianuais assumidos pelo Município de Anadia, até à presente data, ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária realizada no pretérito dia trinta de abril, e deliberou, por unanimidade, remeter a sobredita informação à Assembleia Municipal também para conhecimento, em cumprimento do ponto cinco da autorização prévia genérica concedida por aquele órgão.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do nº 2, do Artigo 57.º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- **DELIBERAÇÕES - FORMA DE VOTAÇÃO:**-----

---- Todas as deliberações foram tomadas segundo a forma de votação nominal.-----

---- Nada mais havendo a tratar, e tendo sido considerados findos os trabalhos, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, declarou encerrada a reunião, quando eram doze horas e quarenta e cinco minutos e, de tudo para constar, se lavrou a presente Ata, que eu, Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, redigi, subscrevi e assino.-----